

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011

1

PROJETO DE LEI N° 7.374, DE 2010 (NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)	MEDIDA PROVISÓRIA N° 503, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011
Cria a Autoridade Pública Olímpica - APO, na forma de consórcio público de direito público.	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Ficam ratificados, na forma do Anexo desta Lei, os termos do protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, e criado o consórcio público, de direito público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.	Art. 1º Fica ratificado o protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, na forma do Anexo, para criação de consórcio público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.	Art. 1º Ficam ratificados, na forma do Anexo, os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro para criação de consórcio público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.
		Art. 2º O Presidente da APO somente perderá o mandato em virtude de:
		I – renúncia;
		II – condenação penal transitada em julgado; ou
		III – decisão definitiva em processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
		Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nas legislações penal e relativa à punição de atos de improbidade administrativa no serviço público, será causa da perda do mandato do Presidente da APO a inobservância dos deveres e proibições inerentes ao cargo que ocupa, apurada na forma do inciso III do

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011

2

PROJETO DE LEI N° 7.374, DE 2010 (NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)	MEDIDA PROVISÓRIA N° 503, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011
		<i>caput</i> deste artigo.
		Art. 3º As atas das reuniões do Conselho Olímpico serão publicadas nos órgãos oficiais de imprensa dos entes consorciados ou no sítio da APO na rede mundial de computadores, sem prejuízo de sua divulgação por outros meios de comunicação.
		Art. 4º Não se aplica ao Protocolo de Intenções referido no art. 1º desta Lei o disposto no inciso VIII e no § 1º do art. 4º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.
		Art. 5º A APO manterá estrutura interna própria de auditoria, controladoria e correição.
		Art. 6º A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional.
		Art. 7º Os contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços celebrados até a data de edição desta Lei poderão ser prorrogados até o final da realização dos Jogos Paralímpicos, independentemente dos prazos neles previstos.
		Parágrafo único. Com o objetivo de fomentar o aumento da capacidade da infraestrutura aeroportuária para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a administração aeroportuária poderá negociar com as concessionárias em atividade o adiantamento de

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011

3

PROJETO DE LEI N° 7.374, DE 2010 (NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)	MEDIDA PROVISÓRIA N° 503, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2011
		receitas contratuais ou o estabelecimento de novos valores pela exploração da infraestrutura aeroportuária, bem como a modernização dos estabelecimentos alcançados, dentro do padrão exigido, oferecendo como contrapartida novos prazos de duração dos contratos, com vistas em manter o equilíbrio econômico-financeiro das concessões.
		Art. 8º O Poder Executivo federal regulamentará o disposto nesta Lei.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.